

II Congresso da Associação Portuguesa  
de Literatura Comparada

Sessão sobre Estudos Feministas

Org. Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral

A teorização e crítica de mulheres tem vindo a estimular, de forma cada vez mais explícita, outras perspetivações teórico-críticas. No mundo de hoje torna-se difícil falar em construções culturais sem levantar a questão da diferença sexual e o modo como ela informa a literatura, a história, a política, a prática social quotidiana. Tal como Foucault argumenta, o discurso em si mesmo – a linguagem e o contexto discursivo – constitui um espaço crítico e um objecto de conflito. A escrita não é um crescimento orgânico desenvolvido a partir de capacidades linguísticas genéricas, mas uma prática social constituída. O silêncio das mulheres, enquanto face oculta da linguagem, manifesta-se repetidas vezes através da escrita e revela, acima de tudo, ausência de vozes e pontos de vista demarcados da cultura «erudita» e patriarcal, que todavia deles se alimenta, no sentido de perpetuar a dominação. Assim, a ausência de discussão da experiência feminina não se confina ao domínio do literário. A responsabilidade de romper o silêncio é um acto político: desafia pontos de vista dominantes e atenua o isolamento das mulheres.

A procura de uma nova linguagem e de uma escrita nova tornou-se, desta forma, um foco de análise fundamental da crítica feminista, dando voz a esse mesmo silêncio, eliminando as marcas do discurso patriarcal, e, por outro lado, incluindo os chamados «tabus da feminilidade» (o corpo, a sexualidade, o irracional).

A contribuição teórica da crítica feminista tem sido: *a*) a identificação da linguagem marcadamente sexista; *b*) a criação de um vocabulário novo para conceitos e emoções antes não nomeadas ou inomináveis; *c*) a sistematização de conceitos e pressupostos teóricos, com vista à organização dos estudos feministas enquanto metodologia; *d*) a recuperação da literatura de mulheres, silenciada ao longo dos séculos.

Enquanto mulheres portuguesas, urge repensar questões relacionadas com o conceito de feminino e da construção social e cultural da feminilidade, bem como denunciar a manutenção, no espaço que é nosso também, dos valores canónicos patriarcais, quantas vezes subtilmente utilizados e habilmente exercidos.

O mutismo cultural (e real) das mulheres foi usado ao longo dos séculos para reforçar valores tradicionais. A ideologia dominante e o patriarcado unem-se numa espécie de conluio que visa, em última análise, não só silenciar a mulher, isto é, tirar-

-lhe visibilidade, mas também, por diversos meios, incluindo a literatura, os *mass media*, etc., erigir uma «propaganda subliminal» (na formulação de Iris Zavala), que impõe às mulheres um tipo de comportamento domesticado e submisso.

Os textos canónicos, em larga medida negando à mulher um espaço de representação e o direito a uma voz autónoma, constituem um prolongamento e um reflexo desse mesmo «mutismo cultural», distinto dos silêncios semânticos ou temáticos da literatura, quer femininos quer masculinos.

Tal como Christinne Brooke-Rose afirma («Woman as a Semiotic Object», 1986, p. 308), as mulheres que, ao longo dos séculos, ousaram, com o seu comportamento e o seu uso transgressivo da palavra, subverter tal situação, têm sido sistematicamente ostracizadas e severamente punidas – em tempos mais remotos, condenadas em praça pública como feiticeiras e bruxas, e, em tempos mais próximos e mais «científicos», olhadas como histéricas.

Como dizem Hélène Cixous e Christine Clément (em *La Jeune Née* [1975]), «ao longo da sua história, ensurdecidamente muda, as mulheres viveram em sonhos corporizados, mas ainda profundamente silenciosos, em silêncios, em revoltas sem voz» (p. 95).

Trata-se de saber se a mulher dos nossos dias, herdeira da feiticeira de ontem e da histórica, se conseguiu finalmente libertar da *culpa* «... de ter desejos, de não os ter; de ser frígida; de ser demasiado apaixonada; de não ser nenhuma das duas coisas; de ser demasiado maternal e de não o ser de todo; de ser o alimento de outrém, e de não o ser» (Cixous e Clément, p. 87).

Esta sessão que preencheu os trabalhos do Congresso da APLC na tarde de 4 de Maio de 1995 foi constituída por duas partes: uma primeira, na qual foram apresentadas cinco comunicações, seguindo-se um pequeno espaço para debate; e uma mesa-redonda, que incidiu sobre temas diversos relativos aos estudos feministas, na qual participaram três palestrantes convidadas.

A existência desta mesa-redonda, inserida num congresso de Literatura Comparada, foi polémica. Moveu-nos sobretudo uma razão: reservar um tempo para a reflexão em torno da problemática da mulher e dos Estudos Feministas em Portugal, para, desta forma, demonstrar que estes estudos não são entre nós matéria negligenciada, quer em termos de interesse teórico geral ou académico, quer em termos de auditório.

Nesse sentido, tivemos a preocupação de, para a segunda parte da mesa-redonda, dirigir convites a mulheres que fossem representativas de áreas distintas neste domínio. Convidámos, assim, Isabel Allegro de Magalhães, Professora da Universidade Nova de Lisboa e autora de publicações várias, entre as quais os livros *O Tempo das Mulheres* (1987) e *O Sexo dos Textos* (1995); Paula Morão, Professora da Universidade Clássica de Lisboa, autora também de várias publicações, entre as quais *Irene Lisboa – vida e escrita* (1989), *O Só de António Nobre – uma leitura do nome* (1991) e *Viagens na terra das palavras – Ensaio sobre Literatura Portuguesa* (1993), bem como organizadora da obra de Irene Lisboa; e Ana Maria Braga da Cruz, Directora da Secção do Norte da «Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres» e autora de publicações várias nesta área.